

Inquestionável vitória da renegociação da dívida

Maria Lúcia L. M. Pádua
Lima (*)

A recente renegociação da dívida externa brasileira parece enquadrar-se dentro das poucas unanimidades nacionais: foi um sucesso. Mais um crédito para o austero ministro da Fazenda e sua equipe.

Os chamados formadores da opinião pública analisam os resultados obtidos e congratulam-se com a competência dos negociadores brasileiros. É importante lembrar que desde 1985 não se tinha um acordo formal com os credores privados. O fato de a economia brasileira ter voltado a produzir megassuperávits comerciais — projeção conservadora de US\$ 19,9 bilhões para o presente ano — e estar, portanto, novamente transferindo para o exterior porcentagens significativas da renda nacional, com efeitos perversos sobre a economia, parece irrelevante.

A volta do monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) tampouco ofusca os brilhantes resultados. Afinal, o FMI não



mudou? É claro que não se especifica o conteúdo dessa transformação nem quais seriam o perfil e as funções do "novo" FMI.

Com o atual acordo, o País teria conseguido, finalmente, exorcizar a moratória brasileira que durante dez meses "envergonhou" a nação e não trouxe, segundo muitos, nenhum benefício para a população brasileira.

A vitória da renegociação da dívida externa era tida assim como praticamente inquestionável, pelo menos para grande parte dos meios de comunicação nacionais. Certamente causaram espécie as recentes declarações de economistas estrangeiros como Rudiger Dornbusch e Jeffrey Sachs, que, de certa forma, toldaram parte do brilho do passo dado pelo governo brasileiro de "meia volta volver". Surpresa ainda maior é que os próprios credores e seus vogais não estão tão confiantes, como era de se supor, no sucesso da linha seguida por países como o Brasil para solucionar o problema do endividamento externo.

Nesse sentido, basta tomar conhecimento das propostas de grandes bancos americanos e da própria Trade Bill (nova lei comer-

cial aprovada pelo Senado americano em 03/08/88), que convergem para a ideia da necessidade de cancelamento de parte da dívida dos países em desenvolvimento e da criação de mecanismos que garantam soluções mais duradouras para o problema.

No coro das vozes do Primeiro Mundo, pode-se também ouvir a de alguns brasileiros que insistem em destoar da melodia oficial. Dificéis de ser escutadas, no entanto, pelo pouco espaço que têm e pelas distorções marotas que lhes são impostas.

O artigo publicado no *Jornal do Brasil* (02/10/88) da articulista Miriam Leitão é um bom exemplo desse fato. A pretexto de fazer uma resenha do recente livro do professor Paulo Nogueira Batista Jr. ("Da Crise Internacional à Moratória Brasileira"), realiza mais um ataque à moratória e à equipe do ministro Funaro. Ao fazê-lo, contudo, comete imprecisões imperdoáveis.

Entre outras coisas, utiliza o exemplo da não correção da política cambial (desvalorização do cruzado) como uma das provas da insensatez e despreparo "técnico" da equipe econômica do ministro Funaro.

A hipótese em que se baseava esta equipe era de que a taxa de câmbio real não estava "atrasada" em relação à "cesta" das principais moedas, o que, segundo a jornalista, era incorreta, uma vez que com a desvalorização do cruzado, promovida quatro meses depois pela nova equipe econômica, o País voltou a ter superávits comerciais crescentes.

Em primeiro lugar, os superávits comerciais voltaram a crescer a partir de março de 1987, o que significava que as exportações já se haviam recuperado mesmo sem desvalorização cambial. Além do mais, é certo que o resultado de exportações obtido em um mês é reflexo de decisões tomadas há três meses (em média), e a tendência de recuperação já estava dada desde fevereiro de 1987.

O processo inflacionário desencadeado após o colapso do Plano Cruzado havia provocado a corrosão dos salários reais, alterando a relação câmbio/salário, de maneira a garantir uma elevação das exportações devido à renda diferencial assim criada. O que se fez, através da alteração da política cambial, foi transferir uma parcela ainda maior de renda para o setor exportador,

inviabilizando, de um lado, uma política de estabilização de preços e, de outro, uma postura não convencional, por parte do governo brasileiro, diante dos credores externos.

Que houve boicote, pressões, quem há de duvidar? Portanto, a história não provou que as contas da equipe econômica do ministro Funaro estavam erradas, como quer Miriam Leitão; simplesmente registrou a capitulação do governo ao poder de "lobby" do setor exportador e dos credores externos. Aliás, ceder a interesses imediatos em detrimento de princípios mais elevados parece ser um dos males que assolam a Nação.

Se hoje, neste país, se considera a adoção da moratória como mais uma evidência da "insensatez" da política econômica implementada pelo ministro Funaro, caberá à história comprovar quem são os insensatos, num espaço de tempo que esperamos não seja muito longo.

(*) Professora do Departamento de Economia da EAESP/FGV. Ex-coordenadora-chefe de Comércio Exterior da Assessoria Econômica do ministro Dilson Funaro, da Fazenda.